



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**LARISSA CAROLINA BEZERRA DOS ANJOS**

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E OS LUGARES DE MEMÓRIA EM BOA  
VIAGEM, RECIFE: A EXPERIÊNCIA DO PIBID HISTÓRIA**

**RECIFE**

**2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

**CENTRO ACADÊMICO DO RECIFE**

**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**LARISSA CAROLINA BEZERRA DOS ANJOS**

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E OS LUGARES DE MEMÓRIA EM BOA  
VIAGEM, RECIFE: A EXPERIÊNCIA DO PIBID HISTÓRIA**

Trabalho apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Recife, como requisito para a obtenção do título de graduado em Licenciatura em História.

**Orientador(a):** Arnaldo Martin Szlachta Junior

**RECIFE**

**2022**

## **A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E OS LUGARES DE MEMÓRIA EM BOA VIAGEM, RECIFE: A EXPERIÊNCIA DO PIBID HISTÓRIA/UFPE**

Larissa Carolina Bezerra dos Anjos<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo tem como foco explorar a educação patrimonial em diálogo com o estudo da cidade, em específico, o bairro de Boa Viagem, localizado em Recife, durante o século XX, fruto da pesquisa realizada com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Assim, os lugares de memória em Boa Viagem funcionam como um recurso para o ensino por meio do patrimônio, a fim de utilizar o desenvolvimento da cidade como um objeto de estudo possível ao ensino de História. Para a construção desse trabalho, foi utilizada a análise de bibliografias relacionadas ao tema em conjunto com os materiais que foram produzidos junto aos alunos, como pesquisas bibliográficas e materiais audiovisuais, como resultado do projeto de docência. O trabalho contribui para a compreensão da história desse bairro em correspondência com uma educação pautada na aproximação com a(s) realidade(s) e experiências dos alunos.

**Palavras-chaves:** Educação patrimonial; Boa Viagem; Lugares de Memória; PIBID.

**ABSTRACT:** This article aims to explore the heritage education in relation to the study of the city, in specific, the district of Boa Viagem, located in Recife, during the 20th century, result of the research realized with the Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Therefore, the places of memory in Boa Viagem work as a source of knowledge to the teaching of History. To the construction of this article, It was used the analysis of bibliography related to the content and the research made by the students during the program. The work contributes to the comprehension of the history of the neighborhood in connection to an education that cares about the social reality and the experience of the students.

**Keywords:** Heritage Education; Boa Viagem; Places of memory; PIBID.

---

<sup>1</sup> Graduanda de Licenciatura em História na UFPE.

## INTRODUÇÃO

A Educação Patrimonial é um processo de ensino e aprendizagem que tem tomado espaço nos âmbitos de ensino formal e informal. Com a ampliação dos debates acerca do Patrimônio no final do século XX, que possibilitou o alargamento da sua definição na própria Constituição Federal de 1988, ela tem sido utilizada pelos docentes como um recurso didático para a construção das suas aulas nas mais variadas disciplinas visto o seu caráter interdisciplinar (TOLENTINO, 2016).

A minha participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) me permitiu trabalhar o ensino de História através da Educação Patrimonial com alunos do ensino médio de uma escola pública do Recife. O PIBID é um programa de incentivo à docência e aprimoramento da formação de docentes para a educação básica, vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Através da oferta de bolsas de assistência a graduandos que estão se formando em alguma licenciatura, há a promoção de trabalhos educativos em escolas da rede pública de ensino e a aproximação entre esses 2 espaços de produção de conhecimento: a escola e as universidades.

O subprojeto de História da UFPE foi realizado entre os anos de 2020 a 2022. Durante este período, o objetivo do trabalho com os alunos esteve em permitir que tivessem maior contato com o estudo do patrimônio histórico a partir de bens que estão localizados próximos à sua escola, a Escola de Referência em Ensino Médio Santos Dumont, localizada no bairro de Boa Viagem, zona sul do Recife.

Por meio do projeto “Lugares de Memória”, desenvolvido durante o programa, utilizamos 5 espaços para o estudo a partir da perspectiva patrimonial: A EREM Santos Dumont, o Parque Santos Dumont, o edifício Acaiaca, a Praça de Boa Viagem e o edifício Holiday. Assim, o processo de construção do projeto voltou-se para a compreensão de Boa Viagem enquanto um espaço urbano que possibilita o entendimento sobre as relações sociais e políticas por meio dos patrimônios que nela residem. Entretanto, neste trabalho, o foco recairá sobre um patrimônio particular: A praça de Boa Viagem na sua relação com o bairro e com as pessoas que o frequentam.

Dessa forma, este artigo pretende discorrer sobre a experiência docente desenvolvida no projeto de acordo com a seguinte pergunta: “Como fazer uma proposta de educação patrimonial utilizando o bairro de Boa Viagem enquanto espaço de possibilidades?”. Levando em consideração o status dessa região, procuramos explorar uma visão para além da concepção puramente elitista, ligada ao seu grupo socioeconômico dominante, mas,

investigando os fatores que permitiram que o bairro se tornasse o que é hoje. Além disso, observando quais valores são expressos a respeito da mesma, por seus moradores e a população que perpassa por ela diariamente. Para isso, procuramos entender o que as informações que a própria cidade, e os sujeitos que nela residem, nos concedem.

O patrimônio está alicerçado nas referências culturais, que existem devido à atribuição de valores, significados, histórias e memórias (SOUZA, 2017). Por isso, a escolha da própria cidade dos discentes como objeto de estudo, aliada a seleção de alguns patrimônios que, através de pesquisas realizadas pelos alunos em conjunto com os licenciandos, resultaram no projeto “Lugares de memória”.

O objetivo para com este artigo é apresentar o percurso e os resultados do trabalho realizado ao longo do PIBID História, trazendo as principais discussões teóricas que constituem o escopo do trabalho, somada a trajetória trilhada pelos alunos: o que foi trabalhado, produzido, questionado e reconstruído junto aos estudantes.

Diante dos ataques vivenciados pelos programas estudantis da CAPES, no ano de 2021<sup>2</sup>, devido à suspensão de pagamentos aos bolsistas em vista dos bloqueios sofridos nos investimentos à educação, este trabalho também objetiva demonstrar a importância do exercício docente dos licenciandos para com a educação pública. Assim, procurando demonstrar os frutos e aprendizagens que são plantados e colhidos com as ações desse programa.

Para a produção deste trabalho, recorri à leitura e revisão bibliográfica de diversos autores que dialogam com as questões aqui apresentadas. Também foram utilizados recursos construídos durante o programa, como materiais e pesquisas produzidas pelos alunos em contato com os licenciandos e entrevistas orais realizadas nos patrimônios estudados.

Nesse sentido, busco inicialmente discutir questões referentes ao que é a Educação Patrimonial e o que ela propõe, trazendo diversos pesquisadores que se debruçam sobre essa temática e relacionando-a à disciplina histórica. Em seguida, a discussão se volta para como se dá o uso da cidade no ensino patrimonial, com enfoque no estudo do meio do Bairro de Boa Viagem, nosso caso de análise específico. Por fim, apresento o projeto “Lugares de

---

<sup>2</sup> O atraso do pagamento dos bolsistas durou um período de 2 meses devido a necessidade de aprovação na Lei 17/2021, que permitia a abertura de crédito suplementar, e destinação de R\$ 43 milhões para bolsas de estudo da Educação Básica, incluindo os programas citados que são financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). < **Lei sancionada permite o pagamento de bolsas atrasadas da Capes.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-11/lei-sancionada-permite-o-pagamento-de-bolsas-atrasadas-da-capes> > <Acesso em 06 de out. 2022>

memória”, discutindo um pouco o seu conceito e expondo quais conhecimentos foram compartilhados e o que foi debatido, permitindo, assim, a sua construção e finalização.

## **A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA**

De acordo com Marta Horta, a educação patrimonial trata-se de “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA, 1999, p. 04). Essa definição está presente no Guia Básico da Educação Patrimonial, de 1999, desenvolvido por Adriane Monteiro, Evelina Grumberg e Horta, uma das primeiras produções voltadas para a Educação Patrimonial no cenário nacional.

O conceito de Educação Patrimonial surgiu no Brasil a partir da década de 1980, influenciada pela definição estadunidense *heritage education*, e teve Marta Horta como uma das principais expoentes nessa fase inicial. O primeiro encontro voltado para a discussão sobre as suas questões no país foi o I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumento, ocorrido em 1983, que representou um marco para o patrimônio e a educação no país.

Entretanto, Átila Tolentino (2016, p. 41) afirma que a educação patrimonial já estava presente no país antes dos anos 80, mesmo que de forma não nomeada. Ao estruturar o anteprojeto para o nascimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>3</sup> nos anos de 1930, Mário de Andrade defendia os museus e a sua função educativa (IPHAN, 2014). Concomitante ao Seminário, o projeto Interação, organizado pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), tinha propostas de trabalho educacional com o patrimônio para garantir uma educação pautada na diversidade cultural nas escolas e outros espaços.

Sendo assim, o patrimônio e a educação são elementos indissociáveis. O patrimônio necessita de atividades educacionais para permitir a aproximação com o eixo social, assim como a educação deve estar interligada aos patrimônios, à cultura e, dessa forma, à realidade social (TOLENTINO, 2016, p. 39). A educação patrimonial é um tema transversal, de natureza interdisciplinar, não podendo ser restrita a somente uma área do conhecimento, como ocorre em muitos âmbitos educacionais com a disciplina de História. A educação patrimonial é um processo de ensino-aprendizagem que demanda um exercício crítico sobre a sociedade.

---

<sup>3</sup> Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a primeira nomeação dada ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão federal responsável pelos Patrimônios Históricos nacionais, fundado em 1937.

Tolentino (2016, p. 40) defende o patrimônio como um elemento construído socialmente: para ser entendido de tal maneira, o bem ou a expressão cultural deve estar em ligação com os significados e valores que lhe são atribuídos, pois, o patrimônio é visto de diversas formas e isto está ligado às experiências e saberes que lhe são particulares, mas, também, coletivos.

Dentro desta premissa, ele critica a ideia de uma “alfabetização cultural”, apresentada por Horta (1999), pois esta perspectiva rompe com uma ideia dialógica de educação. Não se deve alfabetizar ou impor uma determinada cultura ao outro. O que a educação patrimonial permite é o trabalho com um determinado espaço, monumento ou saber, dentre outros exemplos, que toca em questões ligadas à reflexão crítica sobre identidades e pertencimento cultural.

O ensino patrimonial permite a análise sobre os próprios valores e o desenvolvimento de novos significados em conexão com bens culturais, além de entender o cenário sócio-histórico atrelado a ele (TOLENTINO, 2016). Esse processo não deve focar no patrimônio como algo dado e engessado, mas buscar aspectos que possam ser analisados, postos em xeque pelos próprios alunos. O objetivo não é uma análise apurada sobre o que nos é nítido e observável, mas também sobre o que não é dito, o que tenta ser esquecido e posto de lado.

No que concerne ao ensino de história, a disciplina escolar tem um papel estratégico na formação da cidadania e do pensamento crítico de seus alunos. A história tem como papel fundamental entender as ações humanas através do tempo-espaço por meio da problematização do presente, para além da sua imagem como reprodução de eventos passados.

Segundo Marc Bloch (2001), a História é a ciência dos homens no tempo. No que se refere à educação escolar, espera-se que os alunos possam desenvolver sua consciência histórica, havendo a compreensão tempo-espacial das transformações sociais, e que possam problematizar e compreender os conflitos sociopolíticos da sociedade, assimilando conceitos históricos aplicados à realidade a partir da intermediação do professor.

A partir da argumentação de Ricardo Pacheco (2017, p. 19), o qual afirma que “a disciplina escolar histórica é o espaço para o entendimento das relações sociais”, a história em sala de aula deve buscar se aproximar do mundo social dos alunos, de forma a apresentá-los questões e informações que os auxiliem a compreender a sociedade, tornando possível estabelecer relações entre as problemáticas do passado e do presente. É importante trazer um

trabalho educacional que dialogue com o aluno e utilize objetos e expressões culturais que fazem parte do seu dia a dia na construção da sua cidadania e do seu pertencimento social.

Para a construção do saber histórico, os professores recorrem a diversas práticas educativas que auxiliam o processo de ensino e aprendizagem. Dentre elas, a educação patrimonial preenche as lacunas que são necessárias para o exercício docente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>4</sup>, de 1996, porta o seguinte artigo:

“Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, **por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.**” (BRASIL, 1996. grifo nosso).

Seguindo o que é exigido na educação básica brasileira a partir da LDBEN/96, a educação patrimonial apresenta as potencialidades necessárias para ser aplicada em sala de aula, diante do trabalho com o conhecimento sistemático ancorado nas realidades sociais e no cotidiano da comunidade local dos alunos.

Outro documento legislativo relacionado à educação que regulamenta e organiza os saberes que devem ser lecionados em sala de aula é o Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). No PCN de História, do ano de 1998<sup>5</sup>, dentre os objetivos gerais relacionados à disciplina, podemos destacar os seguintes:

- a) “Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas **manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais**, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições sociais;
- b) **Questionar sua realidade**, identificando problemas e possíveis soluções, conhecendo formas político-institucionais e organizações da sociedade civil que possibilitem modos de atuação;
- c) **Valorizar o patrimônio sociocultural** e respeitar a diversidade social, considerando critérios éticos;” (BRASIL, 1998. grifo nosso)

As categorias de “cultura”, “memória” e “cidadania” são algumas das que estão presentes nos conhecimentos dos currículos de história. Esses mesmos conceitos são familiares à área do patrimônio cultural e da educação patrimonial. A partir do trabalho com o patrimônio como fonte de conhecimento e recurso pedagógico, as ideias de pluralidade cultural, memória e identidade são desenvolvidas.

No entanto, a educação patrimonial não se esgota na disciplina de História. Devido a sua proximidade com o estudo da memória social, a história representa um forte elo para essa

<sup>4</sup> BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. BRASIL. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) <Acesso em 7 de set. 2022>

<sup>5</sup> BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn\\_5a8\\_historia.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf) <Acesso em 7 de set. 2022>



prática, sendo uma importante propagadora da necessidade do trabalho interdisciplinar na escola. Em contato com a história, a educação patrimonial oferece diversas possibilidades de ensino.

O que se destaca é o que o patrimônio cultural pode oferecer para a construção da aprendizagem a partir do planejamento e dos objetivos do docente autônomo em sala de aula. O ensino baseado no uso do patrimônio pode explorar a história de um determinado local em relação a um bem de natureza material ou imaterial, buscando entender as suas implicações sociais, políticas, culturais e econômicas, principalmente quando atreladas à vida cotidiana dos alunos.

Contudo, é de suma importância dar destaque às pessoas envolvidas com o patrimônio quando aplicado ao ensino. Analisar a relação com os grupos sociais que perpassam por ele, os diversos valores que lhe foram atribuídos, às transformações que ocorrem no ambiente ao seu redor, a relação com a própria cidade e os usos sociais que lhe são dados. O patrimônio é uma fonte de múltiplas pesquisas e tópicos para estudo (SOUZA, 2017).

É possível buscar entender como determinadas celebrações tradicionais, por exemplo, surgiram e foram transmitidas, o que significam para as pessoas que a frequentam diariamente, assim como entender as questões políticas imbricadas em sua patrimonialização - ou não patrimonialização (MARCHETTE, 2016). É importante que o patrimônio cultural não seja visto sob uma perspectiva sacralizada de bem cultural inquestionável. Na realidade, é imprescindível que o patrimônio seja desconstruído e questionado em sala de aula.

É necessário questionar conceitos e ideias cristalizadas no meio social, aplicando isso em sala de aula através da releitura e problematização dos patrimônios culturais materiais e imateriais. A educação patrimonial é construída através da dinamicidade do processo de ensino e aprendizagem e da reconstrução de significados. Se o ensino de história ocorre através do estímulo à problematização, o mesmo deve ocorrer com a educação patrimonial (PACHECO, 2017).

## **O USO DA CIDADE NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

No percurso histórico do patrimônio cultural no Brasil, por muitas décadas a cidade não era entendida como componente da dinâmica patrimonial. Na realidade, o que era conhecido como patrimônio se resumia aos grandes monumentos, principalmente de caráter colonial, que representavam a ideia de sentimento e identidade nacional que foram construídas nas primeiras décadas do século XX (MARCHETTE, 2016). Isso foi permitido pelas primeiras políticas públicas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(IPHAN), como a de tombamento, que privilegiavam a cultura material relacionada à identidade brasileira hegemônica, negligenciando a história das populações negra e indígena.

O patrimônio cultural no Brasil foi foco de diversas discussões ao longo do século XX. Este é um conceito mutável, visto sob diversas perspectivas através do posicionamento político e profissional de cada área que trabalha com a questão patrimonial. Esses debates e as transformações sociais e históricas que eram vivenciadas no Brasil e ao redor do mundo, como o período pós-guerras e a reabertura democrática da Ditadura Militar, as diversas cartas patrimoniais<sup>6</sup>, entre outros fatores, permitiram a ampliação da noção de patrimônio.

Com a Constituição Federal de 1988, os artigos 215 e 216 trouxeram as novas noções sobre o que é considerado patrimônio nacional, rompendo com a ideia do patrimônio unicamente relacionado aos monumentos de pedra e cal. É nesse momento que a noção de imaterialidade recebe políticas de preservação específicas, como o registro, por exemplo. E é essa ampliação que também permite o diálogo com uma questão que sofreu articulações desde a década de 1980: a cidade-patrimônio (PEREIRA, 2016, p. 40).

De acordo com Danilo Pereira (2016), a cidade era vista sob uma ótica de monumentalização: o que era importante para o estudo do patrimônio era o monumento em si, e não os seus arredores e o meio em que estava inserido. No entanto, com a ampliação dessa definição, a cidade passou a ser vista sob outra perspectiva, a da cidade como documento (PEREIRA, 2016). Segundo a sua definição (PEREIRA, 2016, p. 46), a cidade pode ser considerada como documento histórico, pois “possibilita leituras a partir de informações contidas na sua configuração espacial e como representante do processo de ocupação do território”.

A partir da sua origem, ocupação espacial, os conflitos de poder e as vivências culturais desenvolvidas, a cidade fornece uma série de aspectos a serem observados. Isto se aproxima da ideia proposta por Pereira (2016, p. 57), denominada como cidade-território, com o conceito de território sendo entendido dentro das dinâmicas políticas de relação de poder para além do Estado, ou seja, entre as relações sociais que ocorrem cotidianamente ao seu redor.

Assim, ocorreu uma transição na forma de se lidar com a cidade, partindo da noção de cidade-monumento para a cidade-território (PEREIRA, 2016), onde:

---

<sup>6</sup> As cartas patrimoniais foram documentos construídos em congressos ou encontros destinados a pensar o patrimônio histórico, realizados por diferentes áreas do conhecimento. Nelas estão contidas definições, possíveis formas de preservação e ações administrativas, dentre outras questões, que se referem a como lidar com os bens culturais de diversas naturezas. Elas foram essenciais na promoção dos debates e ampliação na noção do patrimônio. Alguns exemplos são a Carta de Atenas (1931 e 1933), Carta de Veneza (1964), Carta do México (1985), dentre outras.

“Entendeu-se que ocorreu uma mudança de conceito: da cidade-monumento – relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira construiu – para a cidade-documento – objeto rico de informações sobre a vida e a organização social dos brasileiros nas várias fases da sua história –, e por fim, para a cidade-território – um fragmento do espaço capaz de concatenar o processo de ocupação do território brasileiro com os principais processos econômicos, eventos históricos, produção artística e a sua formação geomorfológica natural.” (PEREIRA, 2016, p. 57).

Corroborado a isto, Sandra Pesavento (2007) também aponta que, a partir da emergência da história cultural nas décadas finais do século XX, o estudo sobre a cidade escapou da perspectiva exclusivamente socioeconômica e se deslocando para a leitura das representações e práticas sociais construídas *sobre* e *na* cidade. Esta autora utiliza os conceitos de “cidade imaginária” e “cidade sensível” para ilustrar a ideia do *espaço* urbano enquanto espaço que é construído através do ideário social, pautado sobre sentimentos, valores e relações sociais.

A cidade é um espaço materializado, construído a partir das ações humanas sobre a natureza e reconstruído diariamente através da dinâmica cotidiana. O olhar sobre a cidade permite a leitura espaço-temporal sobre as suas transformações históricas, o que Pesavento (2007) chama de “a cidade como fonte”: a percepção sobre o espaço urbano em diálogo com a literatura produzida acerca das problemáticas relacionadas a cidade permite que seja vista por meio do prisma documental, enquanto objeto de estudo do historiador.

Existe um leque de possibilidades de construção de narrativas e problemas de pesquisa através do meio urbano, por entre os olhares sobre as suas transformações estruturais e do seu desenvolvimento social, assim como dos significados e dos sentidos que lhe são atribuídos. A cidade é um fenômeno cultural: o lugar por excelência de sociabilidades, trocas culturais e do ir e vir cotidiano que permite a construção de relações sociais.

De acordo com Pesavento (2007, p. 20), a cidade como fonte pode funcionar de 2 formas: a cidade escrita e a cidade falada. Nesta última, a história oral assume um papel imprescindível de captar discursos da memória que não foram registrados, mas que imprimem marcas das lembranças e experiências que foram vivenciadas por sujeitos históricos. Através dos depoimentos e entrevistas, é possível descobrir formas distintas e particulares de observar a cidade: a relação com a violência urbana, a diferença entre as classes sociais que dividem o mesmo espaço e as lembranças impressas através das mudanças na paisagem.

Nas palavras desta autora, “a cidade é um objeto de muitos discursos” (PESAVENTO, 2007, p. 19). A partir deste ponto de vista, a perspectiva da cidade como um patrimônio

cultural está ligada ao campo de conflitos de caráter político, econômico, social e cultural em que ambas estão inseridas e, os bens que nela estão localizados, são influenciados diretamente pelas alterações espaciais e temporais que ocorrem ao seu redor. Sob o conceito de Pesavento (2007), a cidade é uma criação imaginária, resultante da soma de valores que lhe são aferidos e é dessa mesma forma que o patrimônio cultural é concebido na sociedade.

É pautado nessa discussão que o bairro de Boa Viagem foi estudado sob a perspectiva de uma cidade que comporta diversos patrimônios que são diretamente afetados pelas diversas interações sociais que se moldam *sobre* e *na* cidade. Os diferentes discursos e representações sobre os bens históricos que se espalham neste âmbito urbano, tal como os conflitos sociais alimentados pela desigualdade social, ocasionada pelo desenvolvimento do bairro no século XX, evidenciam a disparidade de grupos de diferentes faixas econômicas que produzem e consomem a cultura que é construída pelas ruas, praças e edifícios de Boa Viagem.

## **O ESTUDO DO MEIO EM BOA VIAGEM: A ANÁLISE SOBRE O BAIRRO**

Para a construção do projeto, o bairro de Boa Viagem foi examinado sob o olhar da cidade em íntima ligação com os patrimônios culturais que nela estão localizados. As dinâmicas sociais que tem o meio urbano como palco refletem nas relações e ações relacionadas aos bens culturais. Como a cidade carrega possibilidade de ser utilizada no ensino, Giane Souza (2017) afirma que:

“O patrimônio cultural e suas referências só existem porque as pessoas lhe atribuem valor, significado e significantes, histórias e memórias. Dessa forma, a observação [da cidade] enriqueceu o exercício do olhar para além da obviedade e para o desconhecido, para a rua e o asfalto, para a cidade e suas entranhas, para os lugares e as pessoas, para as edificações famosas e imponentes e para as construções simples e anônimas, elaborando um modo de observação individual sobre o coletivo.” (SOUZA, 2017, p. 21).

A cidade oferece um leque de possibilidades de pesquisa e produção a partir da observação do seu fluxo cotidiano. O olhar sobre esses aspectos podem ser pontos ricos a serem explorados pelos alunos a partir da observação e interpretação. Por isso, ela representa um objeto de estudo para a Educação Patrimonial, mas também para a disciplina de História.

O meio social e físico pode representar um “laboratório de ensino” nas palavras de Circe Bittencourt (2008, p. 274). Para além dos conteúdos do currículo escolar, o estudo do meio oferece a possibilidade de um trabalho interdisciplinar com o uso de conceitos e arcabouço teórico de outras disciplinas, como da geografia, por exemplo, e o estudo da

realidade social própria do aluno por meio do olhar sobre seu bairro, sua cidade, dos seus arredores (BITTENCOURT, 2008).

Desde que seja pautado no ensino que tenha como objetivo a problematização da sociedade e a construção do conhecimento crítico, o estudo do meio se torna um grande apoio ao trabalho docente em sala de aula, que desenvolverá a metodologia de ensino a partir dos seus objetivos para com o processo de aprendizagem dos seus alunos. Pautado nisso, utilizamos a história de Boa Viagem para o trabalho com os alunos ligados ao PIBID.

A Igreja de Boa Viagem está presente no bairro desde o século XVIII (GUERRA, 1970). No entanto, por muito tempo os arredores do edifício foram ocupados por poucas casas, visto que até as décadas iniciais do século XX, a região de Boa Viagem resumia-se a pequenas povoações ao longo de sua extensão, com vilarejos de pescadores localizados nas imediações da praia do Pina e outro nas proximidades da atual Praça de Boa Viagem (SANTOS, 2019; JUCÁ, 2004). A sua ocupação começou, de fato, a partir das transformações urbanas e estruturais vivenciadas após os anos de 1920.

A passagem entre os séculos XIX e XX significou o processo de modernização da cidade do Recife, em particular, as partes centrais, com o Mercado de São José como exemplo, de acordo com Isabel Guillen (2009). De acordo com Gisafran Jucá (2004), a ocupação populacional do Recife se estendia aos bairros centrais, como São José e Boa Vista, e algumas regiões próximas como Afogados, Várzea e Apipucos. A conhecida Zona Sul da cidade era pouco frequentada diante da falta de meios de transporte que possibilitassem o deslocamento, visto a inexistência das pontes de passagem às proximidades do Pina, até então (JUCÁ, 2004).

Porém, a chegada de José Loreto ao governo de Pernambuco em 1922 marca o início das transformações infraestruturais no bairro. Entre os atos deferidos enquanto esteve no poder, um deles foi a abertura da Avenida Boa Viagem, no ano de 1924. O espaçamento e reforma da Avenida Boa Viagem permitiram o deslocamento de meios de transporte na região, como os carros e a circulação do bonde, permitido pela empresa Pernambuco *Tramways*, em convênio com o Governo do Estado (JUCÁ, 2004).

Com a abertura do espaço da Avenida Beira-mar e a valorização da praia como espaço de banho e lazer pela população, o bairro passou a ser encarado como um espaço de veraneio para as famílias mais abastadas passarem seus finais de semana (SANTOS, 2019). Até meados da década de 50, essas famílias geralmente residiam nos bairros de Madalena e em Apipucos, pois Boa Viagem ainda não detinha o status de um bairro residencial.

Somado a outros investimentos estruturais, como a construção da ponte do Pina, no governo de Barbosa Lima Sobrinho (1947-1951), a instalação de saneamento básico<sup>7</sup>, sistemas de esgoto e abastecimento de água, a situação do bairro começou a mudar gradativamente. Com a melhoria das vias de transporte na avenida, a preocupação com a estética do bairro, a ligação ao centro da cidade através da ponte e da proximidade ao aeroporto, Boa Viagem passou a se destacar dentre os demais bairros (JUCÁ, 2004).

É diante desse cenário que a especulação imobiliária estava integrada a valorização dos imóveis e terrenos dessa região, dando início ao surgimento de diversas casas, palacetes e chalés direcionados às pessoas mais abastadas até a construção dos primeiros edifícios, como o Acaiaca (1957), Holliday (1957) e Califórnia (1953). Com o desenvolvimento urbanístico do bairro, o aparecimento de centros comerciais, galerias e o próprio shopping demandaram um grande contingente populacional para o bairro em poucos anos, após a virada da década de 1950 e 1960.

O principal pano de fundo para o estudo e problematização social de Boa Viagem é a desigualdade social e a influência que o mercado imobiliário exerce em sua história. Diversas comunidades que ocupavam o bairro sofreram com as consequências dos interesses do capital imobiliário em seu território, como ocorreu com a Entra Apulso após a construção do Shopping Recife (BARBOSA, 2021).

O edifício Holiday é outro exemplo de espaço que viveu um conflito social e político entre os seus moradores e o interesse do mercado imobiliário em sua localização privilegiada. Marco da arquitetura moderna do Recife e um dos primeiros edifícios a serem construídos na região, o prédio foi desapropriado em 2019 pela Prefeitura do Recife diante dos seus riscos estruturais<sup>8</sup>, mas até então segue sem resoluções e respostas aos moradores.

De acordo com esta premissa, a especulação imobiliária é um ente que paira na realidade do bairro. Afinal, a quem interessa desocupar o Holiday? Um edifício ocupado por pessoas de baixa renda e ligados aos valores e história dessas pessoas no seio de um dos bairros mais elitizados do Recife. É importante destacar as problemáticas e particularidades de caráter político e econômico no trabalho com os discentes. Para além de evidenciar um bairro que apresenta uma estrutura social elitizada, é necessário trazer à tona os processos

---

<sup>7</sup> Jucá (2004) fala sobre a participação dos particulares junto à ação governamental para a instalação do serviço de esgoto na década de 50. Para isso, “o plano requeria que de cada proprietário a contribuição de quinhentos cruzeiros por metro de frente ao terreno Boa Viagem, Piedade e Pina [...]” (JUCÁ, 2004, p. 136).

<sup>8</sup> **EDIFÍCIO Holiday é interditado pela Justiça.** Folha PE, Pernambuco, 13 de mar. de 2019. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/edificio-holiday-e-interditado-pela-justica/98780/> <Acesso em 1 de out. 2022>

sócio-históricos que permitiram resultar na situação atual e de atentar os seus olhares para como a dinâmica entre os atores sociais que a ocupam funciona.

Sob este olhar, o projeto “Lugares de memória” nasceu com o objetivo de buscar espaços que fossem íntimos aos alunos, a fim de despertar a sua ligação para com os bens que estão presentes em seu dia a dia sob o signo do patrimônio cultural, e entender quais memórias ou representações evocam.

## **O PROJETO “LUGARES DE MEMÓRIA” NO PIBID HISTÓRIA/ UFPE**

O projeto “Lugares de memória em Boa Viagem” foi desenvolvido pelos alunos do PIBID História da UFPE ao longo dos 18 meses em que o programa esteve em ação. Com início em outubro de 2020 a março de 2022, os graduandos bolsistas e voluntários vinculados ao PIBID História promoveram trabalhos educativos com alunos da rede pública de educação básica do Recife na EREM Santos Dumont.

O projeto foi o resultado de um trabalho de estudo e pesquisa realizado pelos estudantes com acompanhamento dos licenciandos do PIBID. Cada dupla de graduandos, responsável por cada um dos 5 patrimônio, assumiu uma turma com a qual esteve durante o período de duração do programa, planejando aulas, ações educativas, pesquisas, apresentações e os direcionamentos para a construção do produto final.

A temática proposta ao programa de História se intitula como “A possibilidade de aprendizagem patrimonial no Ensino de História através da *Mobile Learning*”. Levando em consideração o cenário de lockdowns e quarentenas diante do vírus COVID-19<sup>9</sup>, o objetivo era desenvolver um projeto educativo que trabalhasse com o patrimônio dentro da disciplina de história através de metodologias diversificadas e recursos pedagógicos disponíveis na internet. Nossa ação de forma presencial na escola ficou impossibilitada por mais de 1 ano diante dos riscos de contaminação.

A partir de reuniões entre os pibidianos e a professora supervisora do projeto, percebeu-se a necessidade em trabalhar com os alunos da EREM Santos Dumont sob a perspectiva do próprio local que pertenciam, a fim de permitir que pudessem observar um espaço que já conheciam com outro olhar. Partindo da premissa que “é necessário conhecer

---

<sup>9</sup> Com a eclosão da pandemia do vírus da COVID 19, que assolou o mundo inteiro nos últimos 2 anos, é importante salientar que boa parte das atividades ocorreram de forma remota, através do uso de ferramentas como o Google Meet, Google Classroom e Whatsapp. O nosso primeiro contato presencial com os alunos ocorreu apenas 1 ano após o início das atividades do PIBID, entre os meses de setembro e outubro de 2021.

para preservar”, entendemos que, para mais do que isso, a apropriação com o espaço é fator essencial para a promoção da preservação (TOLENTINO, 2016).

Nessa perspectiva, é importante dar início ao trabalho patrimonial pelos lugares que lhe são conhecidos, íntimos e experienciados, àqueles que lhe façam sentido, principalmente num contexto em que visitas e passeios a esses espaços eram inviáveis. Dessa forma, alguns bens localizados ao longo do bairro foram escolhidos para serem estudados na educação patrimonial.

A principal intenção era a desconstrução do que é considerado patrimônio, rompendo com a ideia de que patrimônio se restringe à titulação do Estado: a ideia era mostrar aos alunos que, mesmo espaços e expressões que não são recebem os títulos de patrimônio por órgãos como o IPHAN e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), podem ser incluído dentro da perspectiva patrimonial. Considerando aspectos históricos, sociais e culturais do bairro de Boa Viagem, os seguintes patrimônios foram escolhidos: Parque Santos Dumont, Praça de Boa Viagem, Edifício Acaiaca, Edifício Holliday e a própria escola EREM Santos Dumont.

Para a escolha desses bens, a principal intenção era de utilizar espaços que permitissem a construção de identidades e representações culturais através das experiências sociais cotidianas. A cidade oferece uma dinamicidade e um fluxo de experimentações sociais diárias e, através dessas relações constantes, é possível observar as diversas memórias e histórias, que estão além de um espaço meramente geográfico (SOUZA, 2017).

Por isso, a escolha recaiu sobre espaços que estão nas proximidades da escola, como o Parque Santos Dumont e a própria escola, visto que são espaços de apropriação dos alunos, repleto de significados e experiências. Os demais bens estão ligados com locais que os alunos percorrem para chegar à escola, como o Edifício Holiday, um dos pontos mais conhecidos do bairro e que foi palco de diversos conflitos socioeconômicos.

Outra escolha foi o edifício Acaiaca, localizado na beira-mar que, assim como o Holiday, foi um primeiros edifícios construídos no bairro, ainda na década de 1950, e, por fim, a Praça de Boa Viagem, *point* de diversas atividades culturais e do comércio movimentado pela famosa feirinha de artesanato. Esses espaços, muitas vezes invisíveis aos olhos dos alunos, perdidos no vai e vem do cotidiano, foram postos em análise crítica através de diversos trabalhos e atividades, buscando que eles pudessem enxergá-los para além do que é evidente, dentro das palavras de Souza (2017).

Como dito anteriormente, o meu enfoque recairá em um desses bens em específico: a Praça de Boa Viagem, objeto de estudo compartilhado entre mim e meu parceiro de trabalho



durante o projeto. Através desse patrimônio, analisamos as especificidades relacionadas a sua história, principalmente levando em consideração as questões sociais e políticas do desenvolvimento histórico do bairro de Boa Viagem, e buscamos entender o olhar daqueles que experienciam esse espaço diariamente.

### **O que são os Lugares de Memória?**

Nomeado como “Lugares de Memória”, o projeto foi batizado com o conhecido conceito criado por Pierre Nora. Concebido nas décadas de 1970 e 1980, com a escrita de sua obra *Lieux de Mémoire* (1984-1992), o conceito está ligado à memória da história nacional francesa e à emergência da História. Nora acreditava que, com o desenvolvimento da sociedade industrial e a aceleração da história vivenciada no século XX, a memória estava sofrendo um esfacelamento (SANTIAGO JÚNIOR, 2015).

Com o surgimento da História no século XIX e, conseqüentemente, a eclosão da construção de Histórias Nacionais e das nacionalidades dos países europeus, surgem diversos espaços e dispositivos que resguardavam estas memórias, como arquivos, museus, celebrações, entre outros exemplos. Isto é denominado como “memória-arquivo” por Francisco Santiago Júnior (2015).

A presença de uma disciplina que estuda as dinâmicas temporais e das ações humanas interligadas através de métodos e fontes provocou uma crise na memória, e com isso, a necessidade de lembrar e preservar estaria relacionada ao esquecimento. Por isso, houve a urgência por lugares de memória que pudessem salvaguardar os vestígios memorialísticos e históricos da história francesa (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 250). Nora aponta que, com a ruptura do passado causada pela aceleração e modernização do tempo, a memória precisa de um *locus* para sobreviver. Ela não é mais amparada apenas pela ancestralidade, mas por dispositivos que a protejam.

Assim, os monumentos foram evidenciados como lugares da memória e da história nacional. Mas, é importante frisar que a História e a memória divergem entre si: enquanto a memória sempre pertence a alguém (um grupo, uma comunidade, entre outros) e está ligado a continuidade no tempo, a História é a problematização do passado que já não está mais aqui (SANTIAGO JÚNIOR, 2015). A memória pode ser um objeto da historiografia, sendo elementos que estão interconectados em diversos estudos e, primordialmente, neste estudo, sobre o patrimônio.

Entretanto, é importante ressaltar que o conceito desenvolvido por Nora diz respeito ao caso específico da França, principalmente a partir dos anos de 1970, mas isso não impediu sua

reapropriação e diferentes usos para além do que foi pensado pelo seu autor. O conceito transbordou à história francesa e atingiu alcance nacional, sendo amplamente disseminado em estudos da área do patrimônio.

A escolha deste nome recaiu sobre a natureza dos espaços escolhidos para a pesquisa e estudo que foi realizada em conjunto com os alunos: lugares que remetem às memórias e a história do bairro. No desenrolar do projeto, a ideia de lugares de memória esteve intimamente ligada a espaços que denotam marcas e testemunhos da sua própria história e dos seus arredores, assim como carrega valores relacionados com as experiências entre os atores sociais e a cultura em que está circunscrito.

Santiago Júnior (2015, p. 259) aponta que os bens são suportes de memória repletos de valores, onde os patrimônios se articulam entre valores de memórias e valores de uso atribuídos pela própria sociedade. Um dos pontos a se destacar é a sua relação com as pessoas que o cercam e ocupam, sendo de extrema importância entender como essa relação se dá em sua trajetória.

É sob esta perspectiva que o projeto foi delineado: numa abordagem que buscasse trabalhar cada bem dentro de suas especificidades, mas que de maneira geral, explorasse quais aspectos memorialísticos os envolvem, quais usos sociais lhe são atribuídos, ou seja, de que maneira atuam em contato com a sociedade. Busca-se entender como essa relação sociedade — bem cultural funciona dentro de diversos panoramas: no cenário econômico, nas práticas culturais e nas questões políticas.

Tomando isso como objetivo central dentro da Educação Patrimonial, a Igreja de Nossa Senhora de Boa Viagem assistiu ao desenvolvimento do bairro e foi figura central dentro de diversas transformações urbanísticas ao seu redor. Ela foi testemunha de mudanças de cunho socioeconômico que, a partir das intervenções ligadas ao interesses do mercado imobiliário e dos investimentos estatais e de empresas privadas, transformaram-no em um dos espaços com o metro quadrado mais caro do Recife<sup>10</sup> e o bairro mais verticalizado da região, onde, conseqüentemente, tornou-se um dos espaços de maior desigualdade social. Nesse cenário, é possível analisar como se dão as relações sociais e quais conflitos ocorrem dentro dos limites do patrimônio e todos os bens que o integram.

---

<sup>10</sup> MORAES, Lucas. **De Boa Viagem ao Cordeiro, veja onde está mais caro comprar imóvel no Recife**. JC Jornal, 04 de nov. de 2021. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/economia/2021/11/13621666-de-boua-viagem-ao-cordeiro-veja-onde-esta-mais-carou-comprar-imovel-no-recife.html> <Acesso em 16 de set. 2022>

## A PRAÇA DE BOA VIAGEM

Composta pelo “Sítio Histórico da Igreja Matriz da Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem, correspondendo à Igreja, ao Obelisco, à Praça de Boa Viagem e à Casa de Nº 16, no bairro de Boa Viagem”<sup>11</sup>, a Praça de Boa Viagem foi tombada no ano de 1989 pela FUNDARPE.

O tombamento da Praça de Boa Viagem pela FUNDARPE foi de interesse do próprio Conselho Estadual de Cultura. De acordo com Moysés Siqueira (2011), em 1989 foi requisitado tombamento da “igrejinha heróica, como centro que formou o bairro de Boa Viagem, ainda no século XVIII, e memorial do bairro” (SIQUEIRA NETO, 2011, p. 95).

O conjunto formado pela Igreja, a Praça e a Feira de Boa Viagem foram reconhecidos como patrimônios históricos estaduais de Pernambuco no ano de 1994. Está presente no III livro de tombamento, responsável por registrar os sítios históricos e conjuntos urbanos do estado, de decreto 17.671. O bem se qualifica dentro da categoria de “Arquitetura religiosa” e das esferas públicas (Praça e Feira) e privada (Igreja).

Mesmo que o objetivo do projeto tenha sido colocar em foco bens não reconhecidos pelo Estado, a praça foi incluída diante de sua relevância para a história da região e pelos diversos aspectos que podem ser investigados em conjunto com os alunos.

A Igreja de Boa Viagem já estava localizada na região quando o bairro, como conhecemos hoje, ainda não existia. O documento mais antigo que se tem conhecimento tem datação no século XVIII, mais especificamente no ano de 1707 (GUERRA, 1970). Este documento é a escritura de doação de um pedaço de terra por Balthazar da Costa Passos para o padre Leandro Camelo. Segundo este autor (GUERRA, 1970), Balthazar detinha diversas terras na região que hoje é conhecida como Boa Viagem, extensões de terra que iam “desde a praia até o rio Jordão” (GUERRA, 1970, p. 105).

Nesta doação continham um “sítio com 500 braças de terra, com trinta e tantos pés de coqueiros e uma casa de taipa” (GUERRA, 1970, p. 105). Foi nesta porção de terra que a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem surgiu e foi construída com o intuito de abençoar e proteger as viagens dos pescadores que viviam na região. No entanto, não se sabe ao certo em que ano a igreja começou a funcionar. Através de escritos do Frei Jaboatão, a data mais

---

<sup>11</sup> FUNDARPE. **Gerência Geral de preservação do patrimônio cultural: Unidade de preservação**. Fundarpe, 2021.  
[http://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/BENS-TOMBADOS-PELO-ESTADO\\_Mar2021.pdf](http://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/BENS-TOMBADOS-PELO-ESTADO_Mar2021.pdf)  
<Acesso em 23 de set. 2022.>

remota que se refere ao seu funcionamento e a celebração de festividades religiosas foi registrada no ano de 1730 (GUERRA, 1970).

A capela passou por mudanças de administração após a morte do padre Leandro Camelo, ainda no século XVIII, e por reformas que ocorreram a partir do ano de 1862 (GUERRA, 1970). No entanto, a falta de registros impede compreender as mudanças que foram vivenciadas nesse processo de reformas que a Igreja sofreu antes do século XX. Uma das dificuldades em trabalhar com este objeto é a escassez de fontes que estudem a Igreja nos seus primeiros séculos até o desenvolvimento perpassado por Boa Viagem a partir de 1950.

Foi devido à paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem que o bairro recebeu este nome. A Igreja assistiu a diversas transformações vivenciadas nesta região, desde ser um local praticamente despovoado ao desencadeamento do fenômeno da verticalização. De acordo com Guerra (1970):

“Em 1908, há apenas 51 anos passados, Sebastian Galvão informava que em Boa Viagem “apenas se contavam umas 60 casas de construção regular, desalinhadas e uma capela. A povoação só tem vida dos meses de setembro a março, quando muitas pessoas vão nela passar a estação dos banhos salgados, que são naquela época sem nenhum perigo, pela bondade da praia, que é baixa e rasa, e por não ser o mar tão bravo como em outros lugares da costa.” (GUERRA, Flávio, 1970, p. 107).

A paisagem ao redor da Igreja mudou drasticamente, principalmente na 2ª metade do século XX. Com uma série de mudanças urbanas vivenciadas no bairro, a paróquia assistiu ao surgimento de novos elementos sociais que são característicos da identidade do bairro, dentre eles, a famosa “pracinha de Boa Viagem”, assim como a feira e toda a sua carga cultural.

Com o desenvolvimento do bairro e a abertura de espaços comerciais, como galerias, supermercados e, posteriormente, o Shopping Recife, para atender a demanda populacional que crescia na região, atividades comerciais próximas à Igreja passaram a surgir na década de 60. Notas presentes em jornais do Diário de Pernambuco indicam a existência da feira entre meados das décadas de 1960 e 1970<sup>12</sup>, no entanto, não se sabe exatamente o ano em que os primeiros feirantes começaram a montar as suas barracas. Através do projeto, tivemos contato com feirantes que atuam nesse espaço desde a década de 80.

A feira é composta por uma diversidade de produtos, como artesanato, alimentação, roupas, entre outros itens, que agrupam saberes e pessoas de diferentes locais da cidade do

---

<sup>12</sup> **DIÁRIO DE PERNAMBUCO**. Pernambuco, seção de anúncios, 31 de janeiro de 1971. Edição 0026, 2º caderno, p. 05. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15\\_&pagfis=12123](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15_&pagfis=12123) <Acesso em 10 de out. 2022>

Recife. O seu comércio é organizado pela Prefeitura do Recife e dividido entre as barracas da PRODARTE, separadas entre as de artesanato e de alimentação, e as que foram retiradas da feira em 2013 e realocadas posteriormente. Ao longo das duas décadas do século XXI, a praça passou por uma série de reformas que buscavam trazer maior qualidade àqueles que nela trabalham e frequentam.

Entretanto, diversas reportagens apontam para o descaso pelo qual a pracinha vem sofrendo há anos<sup>13</sup>. Com falhas na estrutura e falta de apoio público, os feirantes se queixam das péssimas condições em seu local de trabalho que afetam a frequência do seu público, primordialmente turístico. Desde 2021, foi prometida uma nova reforma à pracinha de Boa Viagem pela prefeitura, mas não há novidades até então.<sup>14</sup>

Por meio de uma entrevista realizada com alguns feirantes da praça de Boa Viagem durante o programa, eles puderam dividir suas angústias e revoltas ligadas à falta de assistência pública. Suas falas e respostas coincidiam no sentimento de descaso relacionado ao esquecimento por parte da Prefeitura do Recife, que não realizavam as reformas prometidas ou as melhorias necessárias no espaço que resguarda as barracas. Suas lamentações envolvem o afastamento dos turistas e o sentimento de incapacidade. São feirantes com mais de 20 anos de trabalho, que presenciaram transformações na paisagem urbana, mas que não se sentem contemplados por esses avanços.

Boa Viagem, que inicialmente surgiu como alternativa ao lazer, se desenvolveu e se transformou num bairro elitizado com a presença de diversos hotéis e grandes edifícios ao seu redor, tendo a famosa igreja azul como um dos pontos turísticos do Recife. Porém, isso não impede a discriminação social que está presente em seus arredores: a grande presença de pessoas em situação de rua, a crescente desigualdade social e a exclusão de comunidades localizadas no bairro, o descasos com feirantes, a falta de segurança pública, são reflexos do seu desenvolvimento econômico aliado às ações desenfreadas do mercado imobiliário.

Nas entrevistas realizadas com os feirantes, buscamos entender a relação dessas pessoas com o seu espaço de trabalho a partir das seguintes perguntas: 1. Como você começou a comercializar na feira e existe algum vínculo/ligação da sua família com ela? 2. Como é a sua relação com a feira e com o bairro? O que a feira representa para você? 3. Você

---

<sup>13</sup> MARGARETTE, Andrea. **Feirinha de Boa Viagem é retrato do abandono**. JC Jornal, Pernambuco. 24 de jul. de 2015. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/07/24/feirinha-de-boia-viagem-e-retrato-do-abandono-191563.php> < Acesso em 29 de set. 2022>

<sup>14</sup> **PRACINHA de Boa Viagem será revitalizada**. Prefeitura do Recife. 18 de out. de 2021. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/18/10/2021/pracinha-de-boia-viagem-sera-revitalizada> < Acesso em 29 de set. 2022>

foi testemunha de alguma transformação significativa no bairro? 4. Como é a relação dos feirantes com o poder público? Existe alguma relação de apoio/ suporte ou conflito? 5. Como você sentiu os impactos da pandemia? Como ocorreu o retorno à feira?

O nosso objetivo para com as entrevistas foi entender melhor a dinâmica entre os feirantes e o seu espaço de trabalho e, sobretudo, um espaço de sociabilidades e práticas culturais. Nossa intenção também era levar essas respostas para os alunos, em forma de um mini documentário, a fim de promover a discussão em sala de aula acerca da apropriação e significados que o patrimônio tem para aqueles que o ocupam e sobrevivem diretamente dele.

O que também foi evidenciado nas respostas é a ligação afetiva: a feira é um espaço que concedeu a conquista de metas econômicas, como o estudo de familiares e a própria sobrevivência, mas também representa o lugar em que as famílias desses feirantes cresceram. A fala de Josila Maria, uma das entrevistadas, que afirmou que “a feira para mim, representa tudo”, evidencia o lugar em que seus filhos foram criados e que ela ocupa há 23 anos. Fica evidente como esse espaço tem uma importância pontual na vida dessas pessoas, que o veem como uma “grande família” de acordo com a fala de Maria Helena, outra entrevistada que ocupa a feira há 35 anos.

Ao trabalhar com os alunos, a principal preocupação era tornar possível a compreensão acerca das questões tratadas, apresentando o patrimônio como algo além de um objeto “velho do passado” paralisado no tempo (PACHECO, 2017). Para isso, organizamos discussões sobre o campo patrimonial a fim de inserir os alunos nesse debate. Durante o período do projeto, realizamos reuniões e aulas on-line, materiais didáticos disponibilizados através de plataformas como o Google Classroom e, quando nos foi possível, encontros presenciais na escola.

A partir de eventos temáticos denominados como “Semanas Patrimoniais”, preparamos o terreno e estimulamos o debate dos alunos para darmos início às pesquisas sobre os 5 patrimônios que cada turma estava responsável. Com discussões sobre materialidade, imaterialidade, temas como o percurso histórico do patrimônio no país, com questões relacionadas às políticas públicas, levamos o debate sobre o que era considerado patrimônio e que tipo de história estava sendo construída sobre isso.

Nosso objetivo era demonstrar como o patrimônio cultural tem um papel político enraizado nos conflitos de narrativas e poder que estão imbricados a si. E, para aproximá-los ainda mais dessas questões, tentamos trazer essas problemáticas a nível regional: O Mercado de São José, a Feira de Caruaru e o Museu do Homem do Nordeste foram espaços apresentados e visitados (de forma virtual) aos alunos, colocando luz sobre a sua história, seus

significados e representações, de forma que eles pudessem reconstruir suas próprias ideias sobre estes bens.

Os alunos ligados ao estudo da Praça de Boa Viagem estiveram debruçados sobre os seguintes subtemas: a) Os aspectos históricos ligados à Praça de Boa Viagem; b) Os impactos da pandemia na vida dos feirantes; c) A exploração dos usos simbólicos e dos laços afetivos com a Praça de Boa Viagem; d) O desenvolvimento de Boa Viagem e a relação com a especulação imobiliária. Em mediação a construção desse trabalho, foram disponibilizados documentos da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) acerca dos usos da Praça de Boa Viagem, textos e reportagens sobre a sua história, depoimentos e entrevistas com os feirantes.

Um dos nossos passos foi disponibilizar um formulário com perguntas sobre a sua relação com a praça para os alunos, pois sabíamos que eles a conheciam e frequentavam. Mas, a partir das respostas, percebemos que não existia nenhuma ligação afetiva ou de conhecimento maior sobre o local com os estudantes.

Dessa forma, buscamos explorar este espaço junto aos alunos como uma forma de conectar às suas experiências aos aspectos sociais, políticos e culturais que estavam sendo explorados na pesquisa. A partir do seu contato com as pesquisas e os materiais que os mesmos produziram, lhes foi possível olhar para o conjunto da praça como um patrimônio cultural e histórico presente no seu bairro.

No entanto, reiterando que para preservar é necessário mais do que apenas conhecer, mas também se apropriar do patrimônio (TOLENTINO, 2016), não nos foi permitido a realização de uma aula-campo, para além dos muros da escola e, principalmente, das paredes virtuais nas quais estivemos presos durante os meses iniciais do programa. Diante dos perigos ligados à contaminação da COVID 19 e das dificuldades presentes na escola pública na possibilidade de aulas extraclasse, nossa apropriação do objeto para com os alunos se esgotou na observação do espaço através de imagens, leituras e material audiovisual.

O resultado desse trabalho foi apresentado às demais turmas da escola e corpo escolar. Os alunos construíram vídeos, roteiros, áudios para podcast e apresentações através de slides, que provocaram reflexões naqueles que acompanhavam o evento. Isso promoveu a participação autônoma dos alunos, que foram responsáveis pela produção dos materiais de pesquisa apresentados, através da mediação dos pibidianos e das fontes que lhe foram disponibilizadas. Por isso, a importância do objeto de estudo ter sido um patrimônio íntimo aos alunos se tornou ainda mais essencial, permitindo que em futuras visitas a este espaço, a assimilação entre às suas vivências, significados próprios e os conceitos apropriados fosse estabelecida.

## CONCLUSÃO

Dessa forma, o projeto de lugares de memória teve como objetivo a construção de uma pesquisa junto aos alunos da EREM Santos Dumont que estivesse debruçada sobre espaços de comum vivência entre os alunos. Sob a ideia de Souza (2017, p. 21), onde “os patrimônios são escolhas” de acordo com suas características, afetividades e valores a serem explorados, esses espaços foram escolhidos sobre justificativas definidas: trabalhar junto aos alunos a ideia de que, para ser um patrimônio, não é necessária a titulação do Estado, e de como cada patrimônio detém significados diversos entre si, por receber diferentes perspectivas e formas de serem tratados a partir das lentes de cada pessoa.

Ulpiano Toledo (2012) dá uma atenção especial aos valores como aspectos constituintes do patrimônio cultural. Eles se configuram de formas variadas a partir da relação que é estabelecida entre o bem com um indivíduo ou grupo de pessoas. O autor pontua a existência de diversos tipos de valores, como os cognitivos, afetivos, formais e éticos, demonstra como os vínculos e significados são formados através da vivência com os patrimônios.

É sobre essa ideia que espaços como o edifício Acaiaca, prédio privado que se encontra na Avenida Boa Viagem, evocam valores ligados aos grupos de classe média alta do bairro, enquanto o edifício Holiday está ligado à memória dos grupos economicamente desfavorecidos que ocupam o bairro. Todavia, para além do que pode ser visto, nosso objetivo também esteve em explorar como o desenvolvimento do bairro e a existência desses patrimônios se conecta e sobrevive a dinâmica do tempo.

A Praça de Boa Viagem, uma das mais antigas testemunhas dessa transformação e um dos pontos de turismo do bairro, vive entre um conflito simbólico e político mediado pelos feirantes e o descaso sentido por essa população diante da falta de assistência governamental. Fruto de diversos usos sociais, sejam eles de lazer, comércio ou religiosos, a praça de Boa Viagem é vista sob um leque de significados diferentes.

O patrimônio, objeto de cultura, história e poder, funcionou como nosso objeto de estudos, onde a principal análise levantada aos estudantes é como observar esse bem para além dos seus muros e aspectos palpáveis. Que histórias estão sendo contadas? Quais pessoas compõem esse lugar e se relacionam com ele diariamente? Que memórias e valores resguardam? Que conflitos sociais e econômicos lhe marcam?

Por mais que Boa Viagem seja um espaço pouco estudado ou visto sobre essa perspectiva patrimonial, o objetivo deste artigo também é despertar um olhar sobre o quanto o



desenvolvimento desse bairro toca em questões socioeconômicas e de domínio territorial. Muitos dos alunos moravam em comunidades localizadas no bairro, como a comunidade Entra Apulso, marcadas por invasões que tem a especulação imobiliária como principal responsável.

Assim, pudemos debater com nossos alunos as consequências causadas por essa verticalização desenfreada do bairro e pela expansão territorial despreocupada de espaços que já são ocupados por determinados grupos sociais, cada vez mais excluídos ao interior do bairro. A preocupação não recai sobre o status econômico do bairro, mas sobre as pessoas e os aspectos culturais que nele estão presentes, conectando-os aos conflitos sociais que lhe são característicos.

O trabalho educativo com o patrimônio como objeto de estudo é de extrema importância, principalmente quando os conflitos de poder são evidenciados em sua narrativa. Por anos, as políticas públicas de preservação do patrimônio estavam restritas aos patrimônios materiais que representavam uma cultura hegemônica e excludente, afastadas das populações minoritárias, no que diz respeito às condições socioeconômicas.

A seleção sobre o que é ou não patrimônio carrega consigo uma carga de razões políticas que devem ser debatidas em sala de aula. Como discutido anteriormente, problematizar o patrimônio cultural requer conhecer o seu percurso histórico e as implicações em que esteve envolvido ao longo dos anos, para que assim, os alunos possam se apropriar da noção de patrimônio.

Em virtude disso, o projeto “Lugares de Memória” convidou os alunos a refletirem sobre o bairro que ocupam e se dirigem diariamente no caminho para a escola. O fluxo urbano de ir e vir nos possibilita observar a cidade, mas a aceleração do tempo moderno nos impede de olhar para as janelas e entender o mundo afora. Logo, este artigo busca reunir os estudos, experiências e reflexões que foram experimentadas e construídas ao longo da vivência do PIBID História, a fim de trazer a público os conhecimentos que são produzidos nas paredes dos espaços da educação pública.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Pedro Ernesto Chaves. **Um Recife que devora ZEIS: Conflitos e disputas na produção da política e do espaço a partir de Entra Apulso/Recife**. UFBA: Dissertação de mestrado. PPGAU-UFBA, Salvador, 2021.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 273-280.

BLOCH, Marc. **A apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

GUERRA, Flávio. **Velhas Igrejas e Subúrbios históricos**. 2ed. Fundação Guararapes, Recife, 1970.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Mercado de São José: contando histórias em um lugar de memória. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **O Processo de Ocupação e Crescimento do Espaço Urbano do Recife**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, v. 118, n, 2004.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. Curitiba: Editora InterSaberes, 2016.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural - desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto, MG, 2009. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, Iphan, 2012.

PACHECO, Ricardo. **Ensino de História e Patrimônio Cultural: Um percurso docente**. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

PEREIRA, Danilo Celso. **As políticas públicas federais de seleção no Brasil do século XXI.** Rev. CPC, São Paulo, n. 21, p. 36-70, jan./jul. 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias.** Revista Brasileira de História, vol. 27, n.53, p.11-23, junho de 2007.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas F. **Dos lugares de memória ao patrimônio:** emergência e transformação dos lugares de memória. Projeto História, São Paulo, n. 52, pp. 245-279, Jan.- Abr. 2015.

SANTOS, Otávio Augusto Alves do. **Considerações sobre a produção do espaço praiano do Recife:** Os limites e os desafios do planejamento urbano. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana. 16 ed. Espírito Santo, 2019.

SIQUEIRA NETO, Moysés Marciolino. **Sob o véu do Patrimônio Cultural:** uma análise dos processos de tombamento em Pernambuco (1979-2005). UFPEL: dissertação de mestrado. Pelotas, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Giane Maria de. A cidade sob um olhar. Educação Patrimonial e Ensino Superior: experiências para o debate. In TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). **Educação Patrimonial: práticas e diálogos interdisciplinares.** Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 06. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2017. p. 12-27.

TOLENTINO, Átila B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas.** Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 05. João Pessoa: Iphan/PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p. 38-48.